

Circular nº 292/2025

Brasília (DF), 10 de julho de 2025.

Às seções sindicais, às secretarias regionais e às(aos) Diretoras(es) do ANDES-SN

**Assunto:** Envia relatório da reunião do Setor das IFEs

Companheiras(os),

Encaminhamos, para conhecimento, o relatório da reunião do Setor das IFEs, realizada, dia 13 de junho de 2025, na sede do ANDES-SN.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

**Prof.<sup>a</sup> Francieli Rebelatto**  
**Secretária-Geral**

## REUNIÃO DO SETOR DAS IFES ANDES-SN

**Data:** 13 de junho de 2025 (Sexta-feira)

**Local:** Sede Nacional do ANDES-SN, Auditório Marielle Franco, Brasília-DF;

**13/06/2025 (SEXTA-FEIRA) - MANHÃ**

**COORDENAÇÃO:** Clarissa Rodrigues (2<sup>a</sup>VPR Regional Leste), Fernando Lacerda Júnior (2º Tesoureiro), Helton Saragor de Souza (2<sup>o</sup>VPR Regional São Paulo), Josevaldo Pessoa da Cunha (2<sup>o</sup>VPR Regional Nordeste II), Mario Mariano Ruiz Cardoso (1<sup>o</sup>VPR Regional Leste), Jeniffer Susan Webb (1<sup>a</sup> Tesoureira).

### Representantes das seções sindicais

Jana Silverman (ADUFABC), Rosildo Raimundo de Brito (ADUFCG), Nicole Louise Macedo Tales de Pontes (ADUFERPE), Valdenize Lopes do Nascimento (ADUFERSA), Ana Carolina Galvão (ADUFES), Raul Nunes de Oliveira (ADUFF), Adriana Barbosa da silva (ADUFF), Maelison silva Neves (ADUFMAT), Jorge Luis D'Silva (ADUFMS), Kathiuça Bertollo (ADUFOP), Gabriel de Medeiros Lima (ADUFPB), Benedito Gomes dos Santos (ADUFRA), Airton Paula Souza (ADUFS-SE), Carolina Ribeiro Xavier (ADUFSJ), Patrícia Bastos de Azevedo (ADUR-RJ), Renato Santos Gonçalves (APESJF), Luis Allan Kunzle (APUFPR), Sandra Mara Alessi (APUFPR), Juliano Pereira Campos (APUR), Mônica Ribeiro Pirozi (ASPUV), Jadir Camargo Lemos (SEDUFSM), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Jorgetânia da Silva (ADUFU), Arnaud Azevedo Alves (ADUFPI), Dulce Rocha (ADUnB), Luiz Augusto Mazzarolo (SESDUFT), Alaison da silva Lima (ADUFPB), Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Jakson Costa Pinheiro (ADUFPA), Nicole Pontes (ADUFERPE), Humberto dias (ADUFPEL), Juliano Pereira (APUR), Adriana Karla Amorim (ADUNIFESP), Carolina Ribeiro Xavier (ADUFSJ), Mayra Goulart (ADUFRJ).

### Pauta

1. Informes;
2. Mesa Setorial (MEC) e Mesa Central (SRT/MGI) de Negociações;
3. Pontos pendentes do Acordo de Greve;

4. Auxílio transporte;
5. Orçamento;
6. Reforma Administrativa;
7. Encaminhamentos.

## I - ABERTURA

Apresentação das pessoas que compuseram a mesa: Clarissa Rodrigues, Josevaldo Pessoa da Cunha e Helton Saragor.

A Mesa propôs que o item 5 da pauta fosse discutido em conjunto com o ponto 2 e 3. Havendo acordo de todas as pessoas presentes, passou-se para os informes.

## II - INFORMES NACIONAIS DA DIRETORIA

**Jennifer Webb** (Tesoureira): Informou sobre a agenda de atividades dos GT's e CONAD, indicou que informes específicos sobre as questões relativas ao acordo da greve e seus desdobramentos serão apresentados no ponto específico do tema.

## III - INFORMES DAS SEÇÕES SINDICAIS

Os informes detalhados são de responsabilidades das seções sindicais e estão em anexo a este relatório, conforme enviados via e-mail ou via formulário disponibilizado pela secretaria do ANDES-SN. Constam no anexo os informes das seções que não estiveram na reunião do setor, mas enviaram as informações e deliberações pelo formulário.

## IV – MESA SETORIAL (MEC) E MESA CENTRAL (SRT/MGI) DE NEGOCIAÇÕES E ORÇAMENTO, ORÇAMENTO E ENCAMINHAMENTOS PÓS-GREVE SOBRE O TERMO DE ACORDO.

A diretoria apresentou relatórios sobre a Mesa Central de Negociação Permanente, que se reuniu em 20 de fevereiro e 12 de junho de 2025. A primeira reunião teve como objetivo a instalação da mesa e o recebimento da pauta; já na segunda, o governo direcionou

a discussão ao Grupo de Trabalho sobre a Reforma Administrativa instalado no Congresso Nacional, sem considerar os itens da pauta apresentada.

A Mesa Setorial de Negociação Permanente, estabelecida junto ao MEC, realizou sua primeira reunião em 12 de maio de 2025. Apesar da entrega da pauta pelas entidades representativas, o MEC optou por discutir exclusivamente a formação continuada dos seus funcionários. O Ministério solicitou ao ANDES a indicação de dois pontos para discussão em próxima reunião. A representação do ANDES ressaltou a urgência do cumprimento integral dos itens do Termo de Acordo. Em resposta, a secretaria reiterou a pauta, destacando quatro pontos centrais: cumprimento integral do Termo de Acordo; revogação do Decreto 12448/2025 (que restringe o orçamento das instituições); IN71 (Auxílio Transporte); democratização das instituições (com destaque para o fim da lista tríplice e paridade na escolha), e revogação tanto da Portaria 2117/2025, relacionada ao EAD, quanto da Resolução CNE02/2024, que regula a formação docente.

Em 29 de maio, ocorreu uma mesa bilateral com a SESU. Novamente, a pauta foi definida unilateralmente pelo MEC, abordando apenas informes sobre orçamento e democratização das instituições. Durante o informe orçamentário, o representante do MEC relatou a reunião entre o presidente Lula, o Ministro da Educação e reitores em 26 de maio, sinalizando a alteração do Decreto 12448, o que foi efetivado no dia 30 de maio, logo após a mobilização estudantil pela defesa do orçamento institucional. Não obstante o novo decreto, a situação orçamentária permanece crítica, sendo a recomposição anunciada insuficiente, com impactos nas atividades das universidades, institutos federais e CEFETs. No tocante à democratização institucional, não houve avanços significativos, permanecendo fora da prioridade governamental questões como o fim da lista tríplice e discussões ampliadas sobre paridade.

A diretoria também apresentou atualizações referentes aos pontos do termo de acordo e respectivos encaminhamentos. As cláusulas 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> "a" e "b", bem como a 5<sup>a</sup> "a", tratam de questões remuneratórias, com impacto previsto para janeiro de 2025 e abril de 2026. O pagamento referente ao reajuste foi recebido em maio, retroativo a janeiro, porém alguns docentes substitutos não receberam o salário. Sobre as cláusulas 3<sup>a</sup>, item "c", 4<sup>a</sup> "a", "b", "c" e "d", diversas comunicações foram enviadas ao MEC, inclusive como parte da jornada de luta do setor. Em 1º de agosto, a Portaria 983 foi revogada provisoriamente por meio da Portaria 750, válida por 60 dias. O grupo de trabalho apresentou relatório final, mas a nova portaria segue pendente de publicação, mantendo problemas similares aos observados na Portaria 17/2016, motivo pelo qual o acompanhamento contínuo é essencial.

A Cláusula 5<sup>a</sup> refere-se ao reenquadramento de aposentados, ingresso lateral e IN15 (insalubridade); embora o grupo de trabalho tenha sido criado, apenas uma reunião foi realizada até o momento. A Cláusula 6<sup>a</sup> trata das questões relativas à aposentadoria, afetadas desde a Reforma da Previdência de 2003 e reformas subsequentes. Por fim, a Cláusula 8<sup>a</sup> previa o envio dos termos do acordo ao Congresso Nacional, compromisso cumprido

mediante o envio de Medida Provisória e, posteriormente, projeto de lei aprovado pelo Congresso. Em algumas instituições, alterações na carreira impactaram progressões e posicionamento docente.

Após a apresentação da diretoria, abriu-se espaço para inscrições. As manifestações destacaram a necessidade de iniciar imediatamente a discussão sobre o orçamento de 2026, incidir sobre a ANDIFES e aprofundar o debate acerca da matriz ANDIFES. Ressaltou-se ainda a importância de intensificar a articulação junto ao MEC e ao governo, em parceria com SINASEFE e FASUBRA. Foram pautados, adicionalmente, o papel do Congresso Nacional e a disputa pelo Fundo Público, sobretudo quanto ao impacto do Arcabouço Fiscal nos orçamentos e serviços públicos. A temática dos aposentados foi indicada como prioritária a ser debatida no âmbito do GTSSA. Diversos encaminhamentos foram propostos e retomados no ponto específico da pauta.

13/06/2025 (SEXTA-FEIRA) – TARDE

**COORDENAÇÃO:** Clarissa Rodrigues (**2ºVPR Regional Leste**), Fernando Lacerda Júnior (**2º Tesoureiro**), Helton Saragor de Souza (**2ºVPR Regional São Paulo**), Josevaldo Pessoa da Cunha (**2ºVPR Regional Nordeste II**), Mario Mariano Ruiz Cardoso (**1ºVPR Regional Leste**), Jeniffer Susan Webb (**1ª Tesoureira**).

### **Representantes das seções sindicais**

Jana SiSilvaan (**ADUFABC**), Rosildo Raimundo de Brito (**ADUFCG**), Nicole Louise Macedo Tales de Pontes (**ADUFERPE**), Valdenize Lopes do Nascimento (**ADUFERSA**), Ana Carolina Galvão (**ADUFES**), Raul Nunes de Oliveira (**ADUFF**), Maelison silva Neves (**ADUFMAT**), Jorge Luis D'Silva (**ADUFMS**), Kathiuça Bertollo (**ADUFOP**), Jakson Costa Pinheiro (**ADUFPA**), Gabriel de Medeiros Lima (**ADUFPB**), Humberto dias (**ADUFPEL**), Benedito Gomes dos Santos (**ADUFRA**), Airton Paula Souza (**ADUFS-SE**), Carolina Ribeiro Xavier (**ADUFSJ**), Patrícia Bastos de Azevedo (**ADUR-RJ**), Renato Santos Gonçalves (**APESJF**), Juliano Pereira Campos (**APUR**), Jadir Camargo Lemos (**SE-DUFSM**), Marconis Fernandes Lima (**SINDIFPI**), Arnaud Azevedo Alves (**ADUFPI**), Luiz Augusto Mazzarolo (**SESDUFT**), Dulce Rocha (**ADUnB**), Alaison da silva Lima

(ADUFPB), Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Jorgetânia da Silva (ADUFU), Adriana Karla Amorim (ADUNIFESP), Mayra Goulart (ADUFRJ).

## V – AUXÍLIO TRANSPORTE

Foi discutido o impacto do auxílio transporte em diferentes instituições, destacando-se que, em diversas seções, a medida tem sido utilizada como mecanismo de controle de frequência, sendo percebida como um ataque frontal à categoria docente. Houve consenso sobre a necessidade de unificar o entendimento jurídico entre as seções sindicais e de realizar um levantamento detalhado sobre o impacto do auxílio e os controles de frequência locais.

## VI – REFORMA ADMINISTRATIVA

Foi apresentado um histórico dos processos de ataque aos direitos dos servidores e aos serviços públicos desde a época da ditadura, passando pelos governos pós redemocratização a partir das tendências neoliberais.

Retomou-se o processo de luta contra a PEC 32 que possibilitou vitórias importantes ao conseguir barrar o andamento do texto no Congresso. Naquele momento, foi fundamental a articulação do conjunto das entidades do serviço público, por exemplo, através do FONASEFE, mantendo mobilização por diversas semanas com atos em frente ao Congresso Nacional, mobilizações de rua, panfletagem, seminários, reuniões, paralisações, etc.

A PEC 32 está parada no Congresso, entretanto, pronta para ser discutida no plenário. Desde sua propositura pelo governo Bolsonaro, Arthur Lira liderou a pauta pela aprovação da Reforma Administrativa. A burguesia, através de seus aparelhos privados de hegemonia como FIESP, FIEMG mídias corporativas e frentes parlamentares ligadas aos empresários também atuaram em consonância com Arthur Lira.

Com a eleição do governo Lula-Alckmin, Arthur Lira e o congresso mantiveram uma agenda da Reforma Administrativa com inserções quase diárias nos telejornais, eventos com empresários e reuniões no parlamento.

Ao mesmo tempo, tivemos inicialmente a indicação do governo Lula-Alckmin contra a PEC 32, entretanto observamos que já nas primeiras medidas do governo federal eleito se manifestou uma estratégia que se consolidou ao longo do tempo, qual seja: defender uma reforma administrativa através de medidas infraconstitucionais que permitissem a tomada de decisão e encaminhamento mais rápidos pelo governo.

De modo didático, membros do próprio governo externaram essa estratégia e concepção de Reforma Administrativa como podemos ver no artigo de um integrante da mesa de negociação do MGI (ver <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/gestao-do-desempenho-e-desenvolvimento-na-carreira>).

Nesse sentido, o governo tentou emplacar seu conteúdo de Reforma Administrativa na proposta de Medida Provisória e Projeto de Lei que tratou dos acordos de greves e mesas de negociação que ocorreram no ano de 2024. Nos dois textos o artigo 206 trazia pontos que não foram discutidos com os sindicatos, ampliando o Sistema de Desenvolvimento de Carreiras, propostas de avaliação de desempenho produtivistas e elementos de controle da formação e ação dos servidores.

O ANDES SN nesse processo se colocou contrário a esse conteúdo e fez proposta de emenda supressiva desse artigo. Atuamos articulados ao FONASEFE desenvolvendo a campanha contrarreforma Administrativa e ao final o artigo 206 não ficou no texto aprovado.

Entretanto, ao levantar novamente esse tema no debate no congresso, o governo ajudou a impulsionar a demanda da extrema direita no Congresso que viu uma oportunidade de retomar esse debate que estava contido na PEC 32. O deputado golpista Zé Trovão fez a proposta para Hugo Motta de constituição de um Grupo de Trabalho que acolheu rapidamente gerando um novo movimento com agenda com previsão de entrega do relatório final em 14 de julho.

Os documentos que vazaram do GT já apontam que um dos modelos de inspiração é a PEC 32. Dentre as diretrizes do GT estão propostas de ampliar os processos de controle e avaliação de desempenho, critérios produtivistas, virtualização do trabalho e mecanismo para possibilitar instrumento concretas para demissão.

Na última mesa de negociação permanente o MGI acabou por não tratar da pauta dos servidores protocolada em janeiro de 2025 e apresentou seus parâmetros para o debate da

Reforma Administrativa. A tentativa era mostrar que a Reforma Administrativa do Governo Lula-Alckmin seria melhor que Reforma Administrativa do deputado Zé Trovão. Lembremos que nossa categoria tem deliberação contra qualquer proposta de Reforma Administrativa e sabemos que todas as propostas que circulam, com maior ou menor intensidade, estão atrelados a perspectiva neoliberais.

Nesse sentido, esse novo ciclo demandará da nossa categoria e do conjunto do serviço público uma retomada das ações unitárias com mobilizações, atos de ruas e lutas para barrar qualquer proposta de Reforma Administrativa, seja do governo, seja do GT. As intervenções ressaltaram a importância da luta unificada com o funcionalismo público estadual e municipal, para isso é necessário rearticular fóruns locais de servidores públicos. Em relação às atividades do GT discutiu-se a importância de denunciar os ataques que representa a reforma administrativa e a necessidade de intensificar a luta, em unidade com as entidades do funcionalismo público, em Brasília e nos estados.

## VII –ENCAMINHAMENTOS

A reunião do setor resultou nos seguintes encaminhamentos consensuais:

### Orçamento

- Realizar reunião com entidades estudantis (UNE, FENET, ANPG etc.) para debater estratégias conjuntas sobre orçamento e estimular que as ssind promovam encontros semelhantes.
- Atuar em conjunto com outras entidades para solicitar respostas de Andifes, Condicap, Conetuf e Conif.
- Prosseguir na articulação de uma mobilização nacional referente ao NAF, conforme pautas já aprovadas.
- Iniciar debates e estudos acerca do próximo orçamento, incluindo discussões sobre a matriz Andifes.

### Acordo de greve e IN 71

- Dar continuidade à campanha relacionada à atuação de Rui Costa em relação aos docentes EBTT.

- Realizar rodada de assembleias com paralisação programada para o dia 26/06, incluindo atos locais e no DF.
  - Para a mobilização, divulgar itens pendentes de cumprimento.
  - O evento integrará o dia de luta pelo cumprimento do acordo.
  - Destacar marco temporal de um ano sem o cumprimento do acordo.
- Efetuar levantamento sobre reposicionamento/reenquadramento.
- Ampliar a campanha referente ao controle de ponto/frequência.

#### Sobre IN 71

- Circular para levantamento de situações relativas a auxílio transporte e controle de frequência.
- Promover reunião da AJN com outras AJ para discutir temas relacionados à IN 71.
- Elaborar novo parecer pela AJN.
- Realizar avaliação política e jurídica sobre a possibilidade de ação judicial nacional.

#### Reforma Administrativa

- Trabalhar na organização de plenária nacional envolvendo FONASEFE e fóruns estaduais/locais para tratar dos temas relacionados à reforma administrativa.
- Executar ações e mobilizações alinhadas ao cronograma do GT, incluindo debates nos ambientes de trabalho.
- Organizar audiência pública em data que coincida com ações nas redes sociais, em articulação com SINASEFE E FASUBRA.
- Realizar intervenção em audiência do GT no dia 17/06, apresentando posicionamento sobre propostas de reforma administrativa e aproveitando a ocasião para cobrar o cumprimento de acordos.
- Ampliar campanhas informativas e atividades de mobilização nas seções sindicais sobre a reforma administrativa, com preparação e divulgação de materiais informativos.

## **IX –ENCERRAMENTO**

Nada mais havendo, a reunião encerrou-se às 17:30h.

Brasília, 13 de junho de 2025.

**Coordenação do Setor das IFES do ANDES-SN**